

Ministro do Exército adverte os constituintes

Sarney quer que ministros façam emendas

O presidente José Sarney disse ontem, após a reunião ministerial, que recomendou a todos os integrantes do Governo o exame minucioso do anteprojeto do deputado Bernardo Cabral, com o objetivo de preparar sugestões a serem transformadas pelas lideranças da Aliança Democrática em emendas. O Presidente não se referiu no encontro, segundo ele mesmo afirmou, especificamente ao sistema de Governo.

Sarney explicou que a recomendação aos ministros obedece a sua convicção de que a experiência de Governo e o conhecimento dos ministros sobre a realidade brasileira devem ser aproveitados em favor da atuação da Aliança Democrática.

"Eu pedi aos ministros, a todos os ministros, que examinassem o projeto e ao mesmo tempo o analisassem em face da realidade do Governo e que apresentassem sugestões às nossas lideranças dentro do Congresso Nacional".

Saulo Ramos revelou que o presidente Sarney determinou a ele que colocasse à disposição dos constituintes a consultoria-geral da República para a preparação de emendas ao anteprojeto de Cabral.

"Nós não vamos propôr emendas, mas daremos todo o apoio possível e necessário para que aqueles que queiram apresentar emendas tenham na consultoria o meio de dar-lhes redação e embasamento jurídico", disse Saulo Ramos.

Luta
Saulo também disse que o Governo está disposto a lutar de todas as maneiras pelo sistema presidencialista e que o presidente José Sarney só não se referiu diretamente ao problema na reunião de ontem por considerar desnecessário.

"Isso já está determinado e não havia necessidade de repetir. O importante é que a recomendação é a de apresentar sugestões às lideranças em diversas áreas", disse Saulo.

Essas informações foram prestadas pelo consultor-geral da República pouco antes de dirigir-se ao gabinete presidencial com o anteprojeto de Cabral debaixo do braço. Sem qualquer preocupação de esconder que fora convocado pelo Presidente para discutir pontos do anteprojeto, Saulo foi também crítico em relação ao trabalho de Cabral.

"Está difícil de ler todo", observou.

PFL mostra surpresa com alguns itens

Anistia, aspectos relativos ao sistema de governo, definição de empresa nacional e sistema tributário foram alguns dos itens do substitutivo de Bernardo Cabral que "surpreenderam" o PFL, segundo o presidente do partido, senador Marco Maciel, que frisou ainda a necessidade de se estudar com cuidado "as alterações de critério de composição da Câmara".

Em reunião fechada de sua comissão destinada a analisar o substitutivo, o PFL criticou o fato de Bernardo Cabral não haver fixado o número de parlamentares que vão compor a Câmara dos Deputados, o que pode ter sido "uma malandragem" do relator, segundo o secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz (MS).

Saulo explicou que o número pode não ter sido estabelecido em função da possível criação de novos estados e ainda com o interesse de atender às reivindicações de São Paulo no sentido de aumentar o número de seus representantes. Ele observou que a criação de novos estados, se vier a ser concretizada, implicará no estabelecimento de um determinado número de parlamentares (hoje o mínimo por estado é de oito representantes) para cada uma dessas novas unidades. Assim, alguns dos atuais estados podem ser beneficiados, pois a divisão de seu território não implicará em redistribuição das vagas já existentes, mas no acréscimo de novas vagas na Câmara.

Posição

"Minha posição pessoal, e creio que de toda sociedade brasileira, é de que a Constituição não deve ser usada para aumentar o número de deputados", frisou o secretário-geral do PFL, adiantando que na reunião de ontem a comissão limitou-se apenas a fazer uma distribuição de temas a serem analisados por seus integrantes, que voltam a se reunir na próxima segunda-feira, desta vez com toda a bancada da Câmara e do Senado.

O senador Marco Maciel, por sua vez, fez questão de enfatizar que o PFL não teve conhecimento prévio do texto apresentado pelo relator. Adiantou, porém, que alguns itens "surpreenderam", por representarem "matéria nova" em relação ao que já era conhecido e ao que foi discutido na reunião com todos os líderes partidários, na semana passada. A comissão do PFL destinada a estudar o substitutivo é composta por Marco Maciel, Saulo Queiroz, Mendes Thame (SP), José Lins (CE), Lúcio Alcântara (CE), Arnaldo Prieto (RS), José Lourenço (BA) e pelos senadores Aloísio Chaves (PA) e Carlos Chiarelli (RS).



Leônidas Pires deu o tom político à reunião ministerial

Cúpula do PMDB teme que episódio gere radicalização

Andrei Meireles

Na terça-feira, pela manhã, o relator Bernardo Cabral, com o aval da cúpula do PMDB, fez um acordo com o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, sobre a definição constitucional do papel das Forças Armadas. Na penúltima versão do substitutivo, concluída às 6h00 da manhã de quarta-feira, o texto do acordo estava preservado. Mas, durante o dia, o próprio Bernardo Cabral, atendendo às reivindicações de juristas e parlamentares progressistas, decidiu modificá-lo. Na sétima e definitiva versão, divulgada nas primeiras horas de quinta-feira, as Forças Armadas já não se destinavam mais a garantir "os Poderes legalmente constituídos e a ordem constitucional", mas sim "dos Poderes Constitucionais, e por iniciativa destes, da ordem constitucional".

O descumprimento do acordo desagradou os militares e motivou a irritada manifestação do general Leônidas Pires Gonçalves na reunião ministerial, insatisfeito com a amplitude da anistia. Os dois líderes do PMDB presentes à reunião — deputado Luiz Henrique e senador Fernando Henrique Cardoso — não gostaram do tom e do conteúdo do discurso do ministro do Exército. E pediram a palavra ao presidente José Sarney, enquanto o líder do PFL, deputado José Lourenço, endossava as críticas do general Leônidas. Sarney, percebendo o clima tenso, não concedeu a palavra aos líderes do PMDB, dando por encerrada a reunião.

Do Palácio, Luiz Henrique e Fernando Henrique, tensos, foram se encontrar com o deputado Ulysses Guimarães, a quem relataram a manifestação do ministro do Exército. Ulysses ficou muito preocupado e recomendou cautela aos dirigentes do partido. Eles evitaram a imprensa durante a tarde.

Cunha pede afastamento de Ulysses e Cabral

O deputado paulista João Cunha, do PMDB, formulou ontem, junto à Mesa da Constituinte, uma representação contra o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembléia, e contra o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, acusados pelo parlamentar de terem armado uma "farsa inominável" no episódio da entrega do substitutivo, só divulgado na madrugada de ontem, mas que foi objeto de uma solenidade horas antes, no gabinete de Ulysses.

João Cunha fez a representação com base no artigo 260 da Câmara, que regula o decoro parlamentar, e que foi utilizado subsidiariamente, à falta de um dispositivo específico no regimento da Constituinte. No documento, o deputado pede que, "aberta sindicância pela Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, sejam afastados dos cargos de presidente da Assembléia e da Câmara dos Deputados o sr. Ulysses Guimarães e da condição de relator o sr. constituinte Bernardo

O próprio Ulysses, à noite, pouco antes de uma nova reunião com as lideranças de seu partido, prometeu fazer hoje uma manifestação a respeito. O receio maior na cúpula do PMDB é de que uma radicalização entre os políticos e os militares ponha em risco a própria Constituinte.

No gabinete do senador Fernando Henrique Cardoso, durante toda a tarde, parlamentares que auxiliaram Bernardo Cabral — na elaboração do substitutivo, avaliaram a sua repercussão. Bernardo Cabral não apareceu no Congresso. Depois de assistir, pela manhã, à posse do jornalista Fernando César Mesquita como governador do Território de Fernando de Noronha, no Ministério do Interior, viajou para Vitória, Espírito Santo. Parlamentares do PMDB, com bom trânsito, junto aos militares, acionaram seus contatos, trocando impressões em busca de um entendimento.

Nessas conversas, ficou claro que a irritação maior dos militares é com a redefinição do papel das Forças Armadas, mas, publicamente, eles criticam mesmo é a extensão da anistia, que acarretaria aumento de despesas para os ministérios militares. O novo papel dos militares, de acordo com o substitutivo de Bernardo Cabral, é uma salvaguarda constitucional, definida ainda na época da Comissão Afonso Arinos, contra intervenções e golpes militares. É que qualquer intervenção militar, fora das regras explícitas da Constituição, perderia a justificativa constitucional introduzida em 1967 quando eles estavam no poder.

Durante toda a tarde de ontem, os corredores e a maioria dos gabinetes parlamentares, bastante vazios, transmitiam uma falsa impressão de calma depois da expectativa na véspera em relação à divulgação da versão final do substitutivo de Cabral.

O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, aproveitou a presença dos líderes políticos na reunião ministerial de ontem para dirigir uma séria advertência à Assembléia Nacional Constituinte. Num breve discurso, ele manifestou sua apreensão quanto à desenvoltura da "minoría imoderada" em relação à "maioría moderada", afirmando ter esperado que os partidos políticos que sustentam o Governo fossem ouvidos com mais peso na Constituinte.

"Sinto — disse o ministro do Exército — que a vontade política do Governo não vige na Constituinte. Não só lá, mas também junto à maioria moderada, cuja vontade política não está sendo expressada. Uma maioria que não está impondo sua vontade política frente à minoría".

Este discurso foi ouvido pelos deputados Luiz Henrique (PMDB) e José Lourenço (PFL), líderes na Câmara; Fernando Henrique Cardoso (PMDB) e Carlos Chiarelli (PFL), líderes no Senado. José Lourenço respondeu que o texto apresentado ainda não é definitivo e que o projeto a ser aprovado pela Assembléia "estará em sintonia com o povo, com a sociedade brasileira".



Adjetivos

A reunião ministerial, a quinta do Governo Sarney, deveria tratar apenas das questões econômicas mas o tom político foi dado pelo general Leônidas que também criticou a proposta de anistia aos militares e aumento de pensão aos ex-combatentes. Na sua avaliação, estes dois itens vão aumentar mais ainda o déficit público.

Em sua advertência o general Leônidas usou poucos adjetivos. Disse ele que suas preocupações se fundamentam nas conversas mantidas com alguns constituintes e com assessores parlamentares do Ministério do Exército, afirmando ainda que esta apreensão "não é isolada".

Sant'Anna minimiza declarações

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, tentou minimizar as palavras do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, em relação à falta de atuação dos moderados na Constituinte. Apesar da confirmação das declarações pela liderança do PFL, Sant'Anna considerou-se "sem veneno", acrescentando que "tudo fazia parte do contexto da reunião que tratava do déficit público".

No final da tarde de ontem Carlos Sant'Anna se reuniu com os líderes do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, e no Senado, Fernando Henrique Cardoso, além do deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) — que representava o líder na Constituinte, senador Mário Covas. Negou que qualquer um dos presentes tenha se queixado ou comentado as declarações do ministro do Exército, acrescentando que não há motivos para preocupações.

Segundo o líder do Governo, as afirmações do general Leônidas

Jurista analisa

Para o jurista José Afonso da Silva, um dos notáveis da Comissão Arinos, o novo projeto de Constituição já está melhor do que o anteprojeto da Comissão Arinos, e tende a melhorar mais, se prosseguir na mesma linha.

"O projeto está melhor em vários aspectos, igual em alguns e pior em poucos", disse e explicou: "está melhor na ordem econômica. Avançou na ordem social, em setores como a saúde, seguridade social, família. O capítulo dos Direitos Individuais está mais ou menos como antes. Da mesma forma, o sistema de governo. A questão do índio, entretanto, estava melhor no anteprojeto da Comissão Arinos".

Não gostou

O projeto de Constituição apresentado pelo deputado Bernardo Cabral não agradou ao deputado Paulo Delgado (PT-MG). O deputado disse que o projeto é um "retrocesso nos direitos individuais e políticos (discriminação dos analfabetos e deficientes físicos); omissão em relação aos direitos coletivos; mesquinho em relação às garantias individuais e preconceituoso em relação ao papel dos militares". Paulo Delgado, que é professor, disse estar preocupado com o retrocesso representado pela eliminação do percentual de 18% para a educação.

Pires «não ferem os constituintes», já que ele só expôs a inconveniência do pagamento de benefícios à todos os ex-combatentes como está previsto no artigo 32 das disposições transitórias do substitutivo. O ministro, acrescentou, só tentou esclarecer que com a contenção das despesas e os tetos orçamentários estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, «não há como pagar esse pessoal».

Carlos Sant'Anna afirmou que em nenhum momento a reunião tratou objetivamente do substitutivo ao Projeto Constitucional apresentado por Bernardo Cabral. Esclareceu que isso foi exposto «logo no início pelo presidente José Sarney», acrescentando que o presidente também não criticou os trabalhos da Constituinte.

O líder admite, no entanto, que em sua exposição o ministro Leônidas Pires tenha comentado «que é lamentável termos a maioria e obtermos tais resultados». Ponderou que qualquer afirmação está sujeita à interpretações, «mas, na

O general observou que a Assembléia Nacional Constituinte "está hoje entregue a uma minoria ativa, disciplinada e que, consequentemente, domina as ações". Ele criticou ainda o fato de os trabalhos das comissões temáticas não terem sido considerados. "Este trabalho — afirmou — merecia ser acolhido. Se deixarmos passar esta fase de apresentação de emendas, vai ficar mais difícil mudar o projeto com um quórum de 281 votos".

No mesmo tom, o general Leônidas disse ainda: "espera-se que o apoio político e dos partidos que sustentam o Governo tenham mais peso, de maneira que a Constituição corresponda à maioria do povo brasileiro que é moderado e assim, não fique entregue a homens imoderados que desejam coisas baseadas em ressentimentos e preconceitos e não pensando na grandeza futura deste País".

No final de seu discurso, o general fez um apelo: "Peço aos presentes que considerem minhas palavras que são estejadas na vertente política que hei de exercer e, mais que tudo, num pensamento prehe de cooperação".

minha opinião, não existe outra conotação».

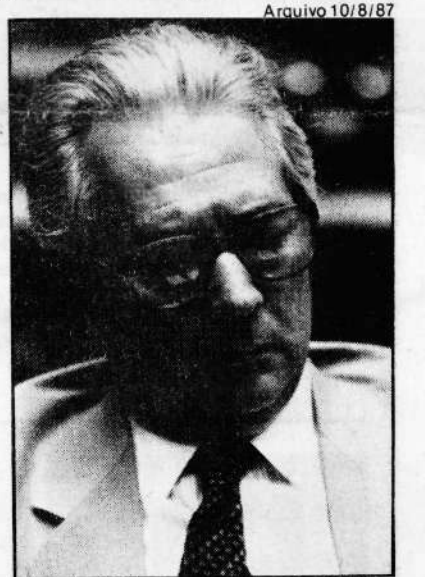
O deputado Carlos Sant'Anna afirmou que a reunião de ontem entre alguns líderes do PMDB teve como único objetivo discutir o deslocamento de populares para a Constituinte durante as votações. A principal preocupação é em relação à reforma agrária, por isso os líderes estão interessados em reabrir os canais internos de conversação para tentar chegar a um consenso em relação às questões polêmicas. Nessa primeira reunião, ficou decidido também que o deputado Ulysses Guimarães e o senador Mário Covas são indispensáveis para o sucesso dessa nova tentativa de entendimento interno.

O líder esclareceu que a intenção não é afastar a mobilização popular da Constituinte e sim encontrar uma maneira de evitar confrontos sérios nas possíveis manifestações. «É claro que na votação da Reforma Agrária essa casa será lotada pelos grupos de pressão», declarou.

Lourenço dá apoio a general

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), endossou inteiramente as críticas do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, ao substitutivo do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), e se mostrou disposto a lutar em defesa do ponto de vista dos militares na Constituinte. Lourenço alegou que o substitutivo não manteve o que foi estabelecido num antigo acordo entre ele, o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, o presidente Sarney e o deputado Pimenta da Veiga (MG), na época na liderança do PMDB.

"Se o deputado Pimenta da Veiga não é mais líder do PMDB, cabe-lhe dizer que deve ser obedecido aquilo que foi estabelecido na época, quando se acertou que a anistia não iria além daquilo contido na emenda Constitucional n° 26", reagiu José Lourenço. O líder do PFL endossou ainda a avaliação que teria sido feita pelo ministro do Exército, de que as alterações podem ter sido consequência da "influência de minorias organizadas". O parlamentar chegou a levantar a hipótese de que essas minorias estariam infiltradas "no Prodasen" (Centro de Processamento de Dados do Senado), onde se armazenam os dados sobre a Constituinte. Depois, disse que as modificações podem ter sido obra do próprio Bernardo Cabral, embora não pudesse ter certeza disso.



José Lourenço, líder do PFL

"Rasgado"

O líder do PFL fez severas críticas ao substitutivo de Cabral como um todo, chegando a dizer que ele só serve "para ser rasgado". A seu ver, o relator da Comissão de Sistematização conseguiu fazer um projeto que desagradou tanto à esquerda como centro e à direita. "Mas nós temos maioria para mudar isso", completou, informando que fez a mesma afirmação durante a reunião com o presidente Sarney, pela manhã.